

News Paper®



Informativo
Setorial ANDIPA

Extraordinário

Mercado brasileiro tem novos fornecedores de cut size

Papel vai entrar na substituição tributária mineira

Carta conjunta pede clareza nos dados de importação

Samab adere ao CEPI

Dados e informações

Preço do cut size encolheu 6,8%

Fatos e atos

Evento da RISI deu visibilidade à distribuição

Setoriais

Distribuição terá cartão, diz técnico do BNDES ao Conselho

Conselho repudia triangulação da licitação do Senado

Entre o legal e o justo

Acostumados que estamos a conviver com injustiças, não raro confundimos o legal com o justo.

O fazemos com freqüência por desconhecimento do que seja o “legal”, porém um jurista nos alertaria que “a lei não considera a ignorância da própria lei um atenuante”.

Às vezes também esta alusão é derivada da falsa noção de poder ou influência que nossa posição econômica e social oferece ou transmite.

Nossas discussões setoriais têm como objetivo a construção de um futuro melhor para todos, e ocorrem a partir de um ambiente econômico complexo que testa a todo o momento nossas posições empresariais individuais, expondo nossas contradições. Não devemos esquecer que é justamente a somatória das nossas ações individuais que determina nosso comportamento setorial.

Às lideranças deste setor cabe esta construção respeitando princípios justos, éticos e legais.

Interpretativamente o legal pode parecer justo, mas é preciso cuidado, pois quase sempre o injusto é ilegal... E isto independe de com quem estamos falando ou em nome de quem o fazemos.

Expediente:

Direitos autorais reservados à ANDIPA –
Associação Nacional dos Distribuidores de Papel

Staff:

Pilar Rodríguez – Diretora Executiva
Iolanda Moretti – Assistente Administrativo
Claudia Melo – Assistente Administrativo
Rosângela Valente – Assessoria de Imprensa

Presidente:

Andrés Romero - ClickPapel

Diretoria:

Alberto de Castro Lima - Encapa
Geraldo de Souza Soares - Gimba
José Luiz Figueira Júnior – Sulpel
Paulo Ribeiro da Cruz Moura - Samab

Contatos:

Telefone: (11)3044.2214
E-mail: newspaper@andipa.org.br

Assessoria de Imprensa, Conteúdo
Editorial e Projeto Gráfico
Illuminatti Comunicação e Design

Mercado brasileiro tem novos fornecedores de cut size

De fabricação nacional ou vindo através de importações, novas marcas de papel cut size estão chegando para disputar espaço no mercado brasileiro. A empresa brasileira Nobrecel e a uruguaia Fanapel (dona também da argentina Celulosa Argentina) e a importadora Elof Hansson já estão operando com papel cut size no Brasil e participaram da última reunião do Conselho do Setor do Papel Cut Size. Os representantes destas empresas atenderam um convite do Conselho, que teve o propósito de aproximar as relações e colocar para estes novos players os esforços que distribuidores e fabricantes nacionais empenharam até agora para melhorar as condições comerciais neste segmento.

Atuando desde 1985 no mercado brasileiro, principalmente com papel couché, a Fanapel está disposta a “ser um player de mercado com caráter brasileiro”, conforme declarou seu presidente Alberto Tournier. A empresa conta com cinco representantes no País e está fornecendo sua marca Boreal para alguns distribuidores nacionais, o que corresponde a um volume variável, ainda muito aquém de sua capacidade de fornecimento. “Estamos fazendo projeções para definir o volume que podemos colocar aqui, que será sempre via distribuidor”, afirmou o empresário, explicando que a Fanapel opera via trading.

Tournier disse que a empresa tem recomendado que seus clientes mantenham outro fornecedor e permaneçam trabalhando com outra marca. “Não nos interessa ser o dono do negócio do cliente”, afirmou, completando que a exclusividade pode representar risco ao abastecimento do produto já que depende de importação. Para Fanapel, a orientação é trabalhar com distribuidores que demonstrem continuidade de negócios, capacidade econômica e experiência no segmento cut size.

“Preferimos não participar de concorrência pública”, acrescentou Tournier, afirmando que o interesse é elevar o preço de mercado.

Também vislumbrando o potencial do mercado de cut size, a Nobrecel começou este ano a fornecer cut size com marcas de terceiros. De acordo com Varly Gândara, que representou a empresa na reunião do Conselho, a Nobrecel está produzindo 500 toneladas de papel cut size mensalmente, sendo 250 toneladas da marca Papel Max para a DPM Distribuidora, que atua na região Nordeste, e 250 toneladas da marca Econômico entregue para a Distribuidora Trevo, do Paraná.

Segundo Gândara, o início das operações com cut size tem como objetivo adquirir conhecimento sobre este segmento específico para o futuro, já que a empresa tem planos de em longo prazo pôr em operação uma máquina com capacidade para converter 10 mil toneladas. Hoje a Nobrecel tem condições de produzir 2 mil toneladas mês de cut size, mas “não tem a menor intenção de ir além do volume atual, porque vender bobina e resma é mais rentável”, afirmou.

Sobre as práticas de mercado, Varly Gândara afirmou que Nobrecel está tranquila quanto à operação até a entrega ao cliente, que se dispõe a comprar com preços compatíveis com o mercado. “Fica a critério do distribuidor colocar onde quiser”.

Foi aprovado na reunião que o Conselho vai encaminhar carta à Nobrecel fazendo um alerta formal sobre atenção que se deseje seja dispensada às práticas de seus distribuidores e às responsabilidades do fabricante na cadeia do papel e com o futuro do setor.





O presidente da ANDIPA, Andrés Romero, enfatizou os esforços para moralizar o setor, inclusive com redução drástica do número de distribuidores, feita em comum acordo com o setor, que passou da casa de 400, em 2001, para os atuais 182. “O que preocupa não é só a quantidade, mas também a prática”, afirmou Andrés, observando que há um efeito propagador do preço que afeta todo o mercado.

A Elof Hansson também enfatizou que seu foco é o mercado editorial, estrategicamente direcionado aos produtos com maior demanda que oferta. O diretor da empresa, Tony Vicentini, informou ao Conselho que as “operações com cut size no Brasil apareceram como uma extensão de linha para atender os clientes”. Operando inicialmente com as empresas disponíveis, Tony Vicentini disse que hoje a Elof Hansson está adotando postura mais rígida e buscando parceiros reconhecidamente éticos que também vislumbrem o longo prazo.

Conforme relatado no Conselho, a Elof importa os produtos da matriz e utiliza armazém alfandegário, uma espécie de zona franca, até que sejam vendidos a distribuidores brasileiros detentores do Radar e, então, faturado e internado no Brasil.

A empresa trabalha com o fabricante asiática APP, uma gigante no mercado mundial, que até o fim do ano deve produzir 10 milhões de toneladas e tem grande interesse em vender no Brasil. “Estamos trabalhando mais como barreira”, afirmou o executivo, explicando que há pressão do fabricante para vender, mas há limites para operacionalizar. Hoje, segundo ele, as vendas estão restritas aos distribuidores que possuem documentação para importação emitida pela Receita Federal.

No entanto, Andrés Romero chama atenção para as limitações do estado em atuar em diversas áreas de sua competência,

como na fiscalização. E isso requer cuidados e responsabilidade dos players no sentido de auto-regulação, um caminho que vem se consolidando em vários setores.

Os convidados responderam às indagações dos membros do CCS, que manifestaram sua preocupação com as práticas de elisão fiscal e outras consideradas ilícitas, alertando os novos entrantes acerca das medidas que já foram tomadas neste sentido. Também ficou evidente na reunião, que as operações dos novos fornecedores de cut size vão na contramão de algumas políticas do setor, como o aumento do número de distribuidores.

Na reunião, as empresas Nobrecel e Fanapel foram formalmente convidadas a participarem como membros permanentes do CCS, seguindo os ritos previstos no regimento. Varly Gândara agradeceu o convite, explicando que não há preocupação da empresa com o setor de cut size, mas assumiu o compromisso de estar presente sempre que o Conselho julgar necessário. Fanapel vai discutir o assunto internamente, mas já manifestou seu interesse de aproximação com a ANDIPA e com o Conselho. Na condição de distribuidor, a Elof Hansson teve seu processo de filiação aprovado pelo Conselho Diretor da ANDIPA.

Também convidada para a reunião do Conselho, a sueco-finlandesa Stora Enso, sócia da Aracruz na fábrica Veracel, respondeu à ANDIPA que não participará, pois “o mercado de cut size não é o seu foco”, apesar de iniciar comercialização da marca Multicopy, nos formatos A-4 e A-3, com exclusividade ao distribuidor Tecpel (PE). Também participou da reunião, na condição de ouvinte, José Antonio Belloc, representante da associada Xerox.

Papel vai entrar na substituição tributária mineira

Depois de reduzir de 18% para 12% a alíquota interna de alguns formatos de papel cortado, a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais está concluindo os estudos para à uma variada cesta de produtos, inclusive itens de papelaria. A legislação mineira engloba os papéis A-4, Ofício I e II e Carta.

O decreto que institui o papel cortado no regime de recolhimento antecipado de ICMS está na fase de conclusão na Secretaria da Fazenda para ser encaminhado à Advocacia Geral do Estado e, após parecer, seguir para Casa Civil para publicação. No entanto, as novas regras só entrarão em vigor 60 dias após a data de publicação, conforme explicou ao NewsPaper o assessor do diretor de Superintendência Tributária da Secretaria, Evaldo Lebre de Lima.

Segundo ele, foi estipulado este prazo para que os contribuintes possam se preparar e adequar seus sistemas para o novo regime de tributação. Ainda assim, o decreto deve ser acompanhado de uma portaria, que vai regularizar questões como os procedimentos quanto aos produtos em estoque.

Assim como a substituição tributária pactuada entre os estados, o regime de Minas Gerais transfere a responsabilidade do recolhimento do imposto incidente até o final da cadeia para o contribuinte que interna os produtos no estado. “A responsabilidade de recolhimento é do contribuinte mineiro”, enfatiza Lima.

No caso do papel, por exemplo, quando a carga passar pelas barreiras do estado deve ter destacado na nota fiscal o valor referente ao imposto com base nos critérios definidos pela Secretaria, que deve ser pago até o dia 09 do mês subsequente, prazo habitual de recolhimento, ou ser acompanhada de guia própria emitida pela Secretaria, conforme explicou Evaldo Lima. As cargas que não seguirem estes procedimentos deverão ter o valor do ICMS pago para que possam entrar em Minas Gerais.

As operações envolvendo empresas de fora do estado seguirão o mesmo regime, e quem não fizer o recolhimento antecipado ou estiver cadastrado como contribuinte substituto terá de pagar o imposto na barreira.

De acordo com Lima, este mecanismo permite melhorar a competitividade das empresas mineiras, além de aumentar o controle da Secretaria, que passa a ter uma gama menor de contribuintes para fiscalizar e mais garantia de recolhimento do tributo. “Normalmente aumenta a arrecadação”, afirma Evaldo Lima, com base na experiência da aplicação de substituição tributária em outros produtos. Este aumento vem com a arrecadação maior, principalmente nas operações finais de venda ao consumidor, nas quais são maiores as chances de venda sem nota fiscal e sem recolhimento do ICMS.

A inclusão do papel no regime de substituição tributária em Minas Gerais é recebida com entusiasmo pelo executivo da Encapa, Alberto de Castro Lima, que é membro do Conselho Diretor da ANDIPA. “Este é um pleito para todos os distribuidores de Minas, que hoje não conseguem competir com as empresas de outros estados que têm alíquotas bem menores”, afirma.

Margem

Para cobrar antecipadamente o valor devido do ICMS até o consumidor final, a Secretaria calcula o imposto com base na Margem de Valor Agregado (MVA). O assessor da Superintendência Tributária, explicou que a margem é estipulada a partir de pesquisa, dos históricos de movimentação destes produtos na Secretaria e por avaliação técnica. Segundo ele, o MVA pode ser revisto a qualquer momento seguindo os mesmos critérios, desde que o setor apresente provas documentais de que o percentual está acima das condições de comercialização ou por parte da Secretaria, se identificar que a margem está inferior ao mercado.

A margem previamente definida para o papel cortado foi de 23,08%, percentual considerado alto pelos distribuidores, que estão encaminhando documentação à Secretaria. Evaldo Lima dá um exemplo da operação, considerando um valor hipotético de R\$ 100,00 como preço de venda de uma mercadoria na fábrica. Aplicando a MVA de 23,08%, o imposto seria calculado em cima de R\$ 23,08. Com a carga tributária atual do papel em 12%, o ICMS devido seria de R\$ 2,76 – resultado de aplicar 12% sobre R\$ 23,08.

Redução de ICMS em MG vigora até 31 de dezembro

O benefício da redução da carga tributária, conquistado pelos distribuidores de Minas Gerais, está assegurado até o dia 31 de dezembro deste ano, conforme o decreto 44.253, de 9 de março de 2006. O decreto regularizou a lei que reduziu a carga tributária de 18% para 12% em vigor desde janeiro deste ano, tirando a referência ao NCM e passando a valer conforme especificação do papel – formatos A-4, Ofício I e II e Carta. Publicado com efeito retroativo, o decreto enquadrou todos os distribuidores do estado destes tipos de papéis.

De acordo com o assessor do diretor de Superintendência Tributária da Secretaria, Evaldo Lebre de Lima, esta carga de 12% fica assegurada mesmo com a entrada em vigor da

substituição tributária para estes mesmos produtos. A prorrogação ou não do prazo do benefício vai depender da avaliação dos resultados obtidos pelas empresas do setor e pela Secretaria.

De acordo com o diretor da ANDIPA, Alberto de Castro Lima, da Encapa, a redução da alíquota permite que os distribuidores mineiros briguem no mercado de empresas que são contribuintes do ICMS, mas ainda não dá competitividade para vendas aos não contribuintes, que não utilizam o crédito do ICMS, como as grandes empresas do estado. Estima-se que mesmo com a alíquota menor do ICMS, 40% do consumo de Minas Gerais são abastecidos por empresas de fora do estado.

Carta conjunta pede clareza nos dados de importação

Diante do expressivo aumento das importações de papel offset e a suposição de que grande parte seja liberada como papel imune de impostos, entidades nacionais querem que as estatísticas de importação sejam discriminadas de acordo com a destinação do produto, se comercial ou editorial, e pedem intensificação na fiscalização do uso. ANDIPA, Bracelpa e Abigraf assinaram a carta endereçada ao Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Armando de Mello Meziat, e ao coordenador de Administração Tributária da Secretaria dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Shiguemi Nakagaki.

As entidades apresentaram seus esforços e o compromisso em promover o uso correto do papel imune de impostos, através

do Controle Especial do Papel Imune (CEPI). A correspondência alerta que o crescimento das importações pode estar substituindo os produtos nacionais com uso indevido, gerando evasão fiscal e forte concorrência desleal na cadeia de negócios do setor. Os dados disponíveis hoje não permitem identificar se o papel importado é liberado como comercial ou imune, e tampouco quais as empresas importadoras e/ou destinatárias.

O encaminhamento das cartas foi apresentado na reunião do Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial, reforçando a preocupação e o empenho dos players em assegurar condições legais e éticas ao mercado nacional de papel.

Samab adere ao CEPI

O esforço do setor para coibir desvios na comercialização de papel editorial ganhou força com a adesão da Samab ao Controle Especial do Papel Imune (CEPI), da Bracelpa. A participação da distribuidora foi anunciada na última reunião do Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial, em resposta à proposta de que todo o processo do CEPI seja terceirizado, um custo que seria bancado pela Bracelpa. O objetivo dessa mudança era exatamente romper a resistência das distribuidoras Samab e T. Janér, que ainda não informavam seus dados para o controle do CEPI.

A T. Janér manteve sua posição e não aceita abrir as informações sobre sua movimentação do papel imune mesmo tendo a chancela de uma empresa independente de auditoria assegurando a confidencialidade e a lisura dos relatórios consolidados.

Como os dados deste ano ainda não foram consolidados, Samab comprometeu-se a informar sua movimentação completa desde

janeiro. Segundo Sérgio Canela, coordenador do CEPI e representante da Bracelpa no Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial, há decisão da Bracelpa de ir adiante e absorver estes custos. Segundo ele, os relatórios devem continuar sendo enviados para Terco e PakPrint normalmente, até que sejam definidas as condições com a auditoria e as formas de consolidação dos dados.

Parcial

Na reunião de maio, Samab e T. Janér concordaram em passar a informar os dados de estoque inicial e final para o CEPI, o que permitiria consolidar os relatórios que mostrariam indícios de desvios no primeiro elo da cadeia de comercialização do papel. No entanto, os relatórios não foram concluídos ainda porque as duas empresas atrasaram no envio das informações. Contudo, os representantes da Samab e T. Janér, no Conselho, Paulo Furtado e Luiz Almeida, respectivamente, renovaram o compromisso de encaminhar os dados.

Preço do cut size encolheu 6,8%

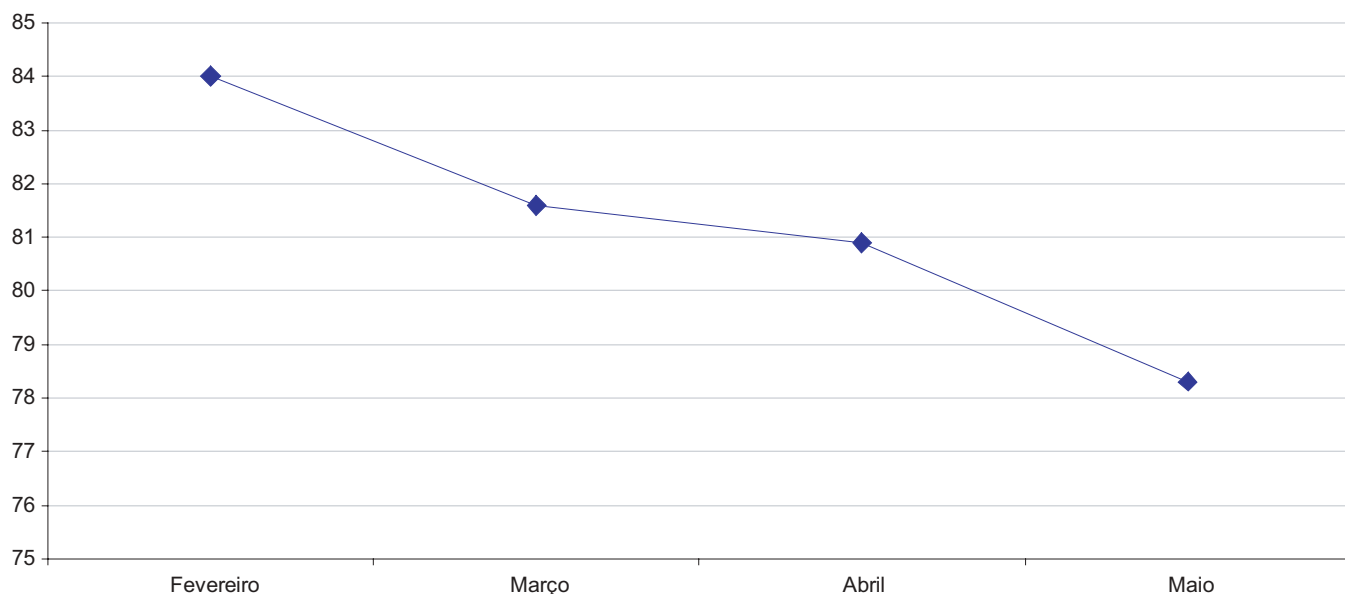
O mercado de cut size segue a rota descendente de preços. No segmento de vendas governamentais, a queda chegou a 6,8% nos últimos quatro meses, período em que o NewsPaper passou a divulgar a pesquisa de preço da caixa com dez resmas de papel A-4 75g. Os contratos com entrega em 12 meses, que em fevereiro apresentaram preço médio de R\$ 84,01, em maio foram negociados a R\$ 78,30, em média. Se comparado ao valor de R\$ 80,90 a caixa, verificado em abril, o preço caiu 3,2%.

As licitações com entrega única tiveram preço médio de R\$ 78,20 a caixa de A-4, de acordo com pesquisa de mercado, baseada no acompanhamento dos diários oficiais. Este valor anula a ligeira alta verificada nos contratos de abril, que tiveram preço médio de R\$ 80,10. Para contratos com entrega em seis

meses, a média foi de R\$ 82,70, queda de 1,2% em relação ao preço de março, de R\$ 83,70. Em abril, não foram registrados negócios neste prazo.

A situação não é diferente nas vendas a varejo. Na segunda semana de junho, a resma de A-4 75g foi vendida em média a R\$ 8,41, o que representa queda de praticamente 1% em relação ao valor de maio, de R\$ 8,49. A trajetória nos últimos quatro meses também mostra curva decrescente, com retração de 2,8%. Em fevereiro, o valor médio da resma estava a R\$ 8,65, caindo para R\$ 8,57 em março. A pesquisa de preços do mercado cut size é válida para a região Sudeste, para pagamento em 28 dias.

Variação preço cut size para vendas governamentais - 2006 (em R\$ - entrega em 12 meses)



Fonte: Pesquisa setorial / elaborado ANDIPA

Distribuição comprou menos couché nacional

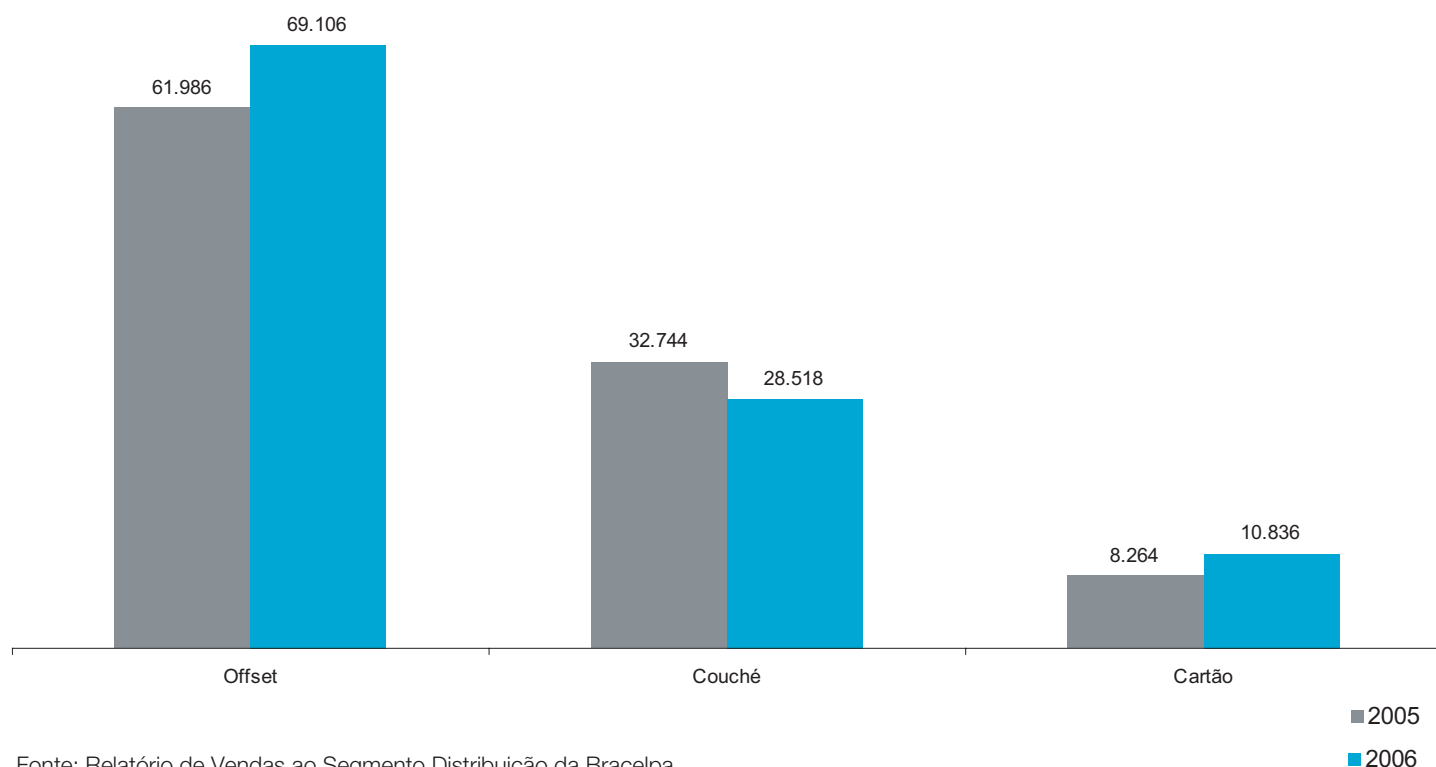
O segmento de distribuição comprou 28,5 mil toneladas (tons) de papel couché dos fabricantes nacionais, nos primeiros quatro meses deste ano, 12,9% menos que as 32,7 mil tons do mesmo período de 2005. Os dados são do relatório de Vendas ao Segmento Distribuição da Bracelpa, que traz os números revisados do primeiro bimestre do ano, mostrando que apenas no mês de fevereiro o volume foi equivalente ao comercializado em 2005. Em abril, a redução chegou a 26,4%, caindo de 8.563 tons para 6.305 tons.

No segmento de offset, as fábricas registram aumento de 11,5% nas vendas deste ano aos distribuidores, um crescimento

puxado pelo desempenho excepcional de março, que superou em 35% as vendas do mesmo mês de 2005, saltando de 15.396 tons para 20.864 tons. No mês de abril, o resultado de 2006 ficou num patamar mais próximo de 2005, com aumento de 5%, somando 15.610 tons.

No papel cartão o aumento de vendas à distribuição ficou rateado nos três primeiros meses do ano, sendo que em abril, caiu de 2.281 tons em 2005 para 2.021 tons este ano. No acumulado do quadrimestre, os distribuidores compraram 31,1% mais papel cartão das fábricas, segundo relatório da Bracelpa, saltando de 8.264 tons para 10.836 tons no período.

Vendas ao Segmento Distribuição - Janeiro a Abril (em tons)



Fonte: Relatório de Vendas ao Segmento Distribuição da Bracelpa

Evento da RISI deu visibilidade à distribuição

Durante dois dias, o Brasil foi o palco para discussões de questões globais do mercado de papel e celulose, no Congresso Internacional promovido pela RISI, em maio, no Rio de Janeiro. “A realização do evento é um sinal claro de que o Brasil faz parte do mapa deste setor”, afirma o presidente da ANDIPA, Andrés Romero, que foi o porta-voz da distribuição no encontro internacional, e fez a palestra sobre a dinâmica da distribuição na América Latina.

Entre os cerca de 200 participantes do evento, estavam representantes de diferentes segmentos do mercado mundial

de papel e celulose, inclusive distribuidores internacionais. Andrés Romero faz uma avaliação muito positiva do evento e considera que a presença da distribuição brasileira neste fórum é fato inédito e demonstra avanço e amadurecimento nas relações do setor.

Segundo ele, sua apresentação foi uma oportunidade para dar entendimento para estes outros players das peculiaridades do setor no Brasil, que convive com elementos de distorções no ambiente competitivo, onde se destacam a guerra fiscal e o desvio da impunidade.

Dois novos associados ANDIPA

O Conselho Diretor aprovou a filiação da Melo Distribuidora (DF) e da Elof Hansson (SP), depois de cumpridos todos os trâmites legais e regimentais para novos associados. No último mês, somaram-se ao grupo de empresas que estão em processo de

filiação a Sulpapéis (RS) e a Star BKS (SP). Está última já apresentou toda a documentação e segue para parecer do Conselho Diretor na reunião de junho, juntamente com a TBLV.

Agenda da diretoria prevista para Julho

Dia	Compromisso
5	Presença Andrés e Alberto em São Paulo
12	Reunião do Conselho do Setor de Papel Cut Size
19	Reunião do Conselho Diretor
	Reunião do Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial
26	Presença Andrés e Alberto em São Paulo

Distribuição terá cartão, diz técnico do BNDES ao Conselho

O assunto evoluiu rapidamente após a visita da diretoria da ANDIPA ao BNDES, em 25 de maio, para tratar da inclusão dos distribuidores independentes no cadastro de fornecedores do Cartão BNDES. Atendendo ao convite da Associação, a diretoria de Operações Indiretas do Banco enviou o gerente de Credenciamento do Cartão, Ricardo Albano para apresentar a operação ao Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial (CGE), na reunião do último dia 14.

Segundo ele, a operação através de distribuidores já está em testes no portal do cartão para verificação e acompanhamento de todas as etapas do processo de venda. Cauteloso em determinar prazo de início, Albano estima que de um a dois meses os distribuidores já poderão contar com o Cartão BNDES como opção de venda a prazo aos seus clientes.

O assessor do Banco explicou que para operar com o cartão, o distribuidor deve ser indicado pelo fabricante, que é o responsável por cadastrar o produto no catálogo do cartão, e poderá efetuar operar na chamada venda indireta, na qual o financiamento é feito a partir da iniciativa do vendedor para seus clientes detentores do cartão BNDES. Toda a operacionalização do cartão é feita através do portal (www.cartaobndes.gov.br), envolvendo os bancos parceiros – Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica – além de Visa e MasterCard.

O papel editorial é um dos 32.256 produtos em catálogo no portal do BNDES que podem ser adquiridos com o cartão, com financiamento de até 36 meses e taxa de juros reduzida, que em junho era de 1,22% ao mês. A linha de crédito destinada a micro, pequenas e médias empresas, conta com R\$ 1,299 bilhão disponível para financiamentos, sendo que apenas cerca de 10% deste montante estão sendo utilizados. Os portadores do cartão podem recorrer à até R\$ 300 mil para investimentos, limitados a

R\$ 100 mil através de cada uma das três instituições financeiras parceiras do BNDES.

O papel para impressão e edição de livros, segundo o assessor do BNDES, está entre os três itens mais financiados até agora pelo Cartão, ao lado de veículos leves e equipamentos de automação comercial.

DIF - Papel Imune

O presidente da ANDIPA, Andrés Romero, anunciou que vai formalizar ao BNDES o pedido para que a venda de papel editorial através do Cartão seja restrita a gráficas e editoras que estão em dia com a entrega da DIF - Papel Imune, junto a Receita Federal. A iniciativa tem apoio do CGE e visa garantir que todo esforço feito, em conjunto pelo setor, para moralizar a comercialização do papel isento de impostos não vai deixar brechas para a atuação de empresas não credenciadas. “O dinheiro público pode estar financiando o desvio”, alertou Romero, diante da confirmação do assessor do BNDES de que não há exigência da apresentação deste documento, pois a proposta é simplificar o acesso ao crédito.

Segundo Ricardo Albano, a consulta à base de dados da Receita Federal pode ser obtida através de convênio entre as duas instituições, que está em vias de ser renovado. O programa do cartão também checa a situação da empresa compradora junto à Dataprev para verificar a Certidão Negativa de Débitos (CND). Com isso, ANDIPA vai encaminhar novo pleito ao BNDES para que os distribuidores autorizados pelas fábricas para venda de papel editorial possam contar com o cartão BNDES para financiar gráficas e editoras detentoras de Ato Declaratório Executivo (ADE), em dia com entrega da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune.

Conselho repudia triangulação da licitação do Senado

Ainda aguardando posicionamento formal da Bracelpa, após pronunciamento da Aracruz, o Conselho do Setor de Papel Gráfico e Editorial reforçou sua posição de desaprovação à triangulação formada entre as empresas T. Janér e DF Distribuidora, com papel fornecido pela Aracruz, para atender a licitação de 500 toneladas de papel offset editorial para o Senado Federal, realizada em Abril.

Na reunião do dia 14 de junho, o presidente da ANDIPA, Andrés Romero, leu as cartas recebidas em resposta ao questionamento da operação. A Aracruz justifica que a operação foi um fato isolado e não representou ilegalidade. Já a DF Distribuidora limitase a questionar qual foi o associado que trouxe formalmente o assunto à Associação e ao Conselho.

Mais uma vez foi enfatizado que em momento algum foi dito que a triangulação foi uma operação ilegal. "Pode ser legal, mas não foi justo", afirma Andrés Romero. "Pode ser legítima, mas não é desejada", acrescenta Sérgio Canela, representante da Ripasa e da Bracelpa no CGE, lembrando que a concorrência deve ser baseada na competência e não na esperteza.

Repasse

Diante deste fato, fabricantes e distribuidores renovaram o que já foi consensado no início dos trabalhos do CEPI, que não pode haver repasse de papel editorial entre distribuidores e para revendas. Canela lembra que está prática é um grave elemento de distorção do mercado, pois favorece o desvio de uso do papel imune de impostos.

Luiz Almeida, representante da T. Janér no Conselho, disse que há rigor quanto aos distribuidores, mas há complacência com as gráficas e editoras que revendem o papel. De fato, este é um problema que poderá ser identificado se todos os distribuidores responderem ao questionário completo do CEPI, o que permitiria cruzar as informações de vendas em todos os elos da cadeia, conforme observou Canela.

Mesmo não contando com a adesão da T. Janér, há outras formas de sensibilizar o mercado gráfico para os riscos ao futuro do setor com as práticas de desvios. O assunto deve ser retomado nas próximas reuniões, que devem contar com a presença do presidente da Abigraf como membro efetivo do Conselho.

VCP e IP informam baixas na rede de distribuição cut size

O Conselho do Setor de Papel Cut Size foi informado, na última reunião, de alterações na rede de distribuidores das indústrias VCP e International Paper. Em correspondência, datada de 06 de junho, a IP comunica que W. General Utilidades (Brasília-DF), GRV Papéis (Porto Alegre-RS) e Kapersul Indústria e Comércio

de Papéis (Araucária-PR) não fazem mais parte da rede de Distribuição de Papel Chamex. Já a VCP registrou, em 12 de junho, o descredenciamento da distribuição do Copimax as empresas Livraria Rossi (RS), Bortoncello (RS), Bom Livro (PR) e Multinorte (PA).

ANDIPA cumprimenta os
aniversariantes de Junho

- 05- Antônio Djair Nascimento (Central)
- 05- Carlos Adelson Cássia (CAC)
- 05- Nelson Hirai (Kapersul)
- 09- Antônio Luiz Pinto (MCB Niterói)
- 09- Mário Leonel (Bracelpa)
- 14- Flávio Ignácio (SAPPI)
- 15- André Guper (Central)
- 16- Jairo Leal (ANER)
- 17- André Clark Juliano (VCP)
- 17- Catarina Yoshikawa (Suzano)
- 18- Danilo e Silva Virdes (Passalacqua)

- 19- Maria Pilar Perez Rodriguez (Andipa)
- 21- Daniel Dayan (Autopel)
- 23- Paulo Henrique P. Barbosa (DGP)
- 24- Adriana Silva Matta de Souza (Gravopel)
- 25- Tiago Almeida (International Paper)
- 27- João Pedro Soares (DRP)
- 28- Cláudia Melo (Andipa)
- 28- Rosimara Cicote (SPP-Nemo)
- 29- Pedro Augusto Pinto (MCB Niterói)
- 29- Mário César Sterza (Santa Maria)
- 29- Manoel Pedro Carreira (Triunfo)